

Educomunicação e Participação Cidadã de Adolescentes e Jovens no Brasil

LILIAN ROMÃO

APRESENTAÇÃO

Educomunicação e participação cidadã de adolescentes e jovens, no Brasil é uma pesquisa que descreve e analisa aspectos sociais da relação estabelecida entre os direitos humanos à comunicação e à participação em práticas sociais que envolvem o público infanto-juvenil, a partir da interface comunicação-educação.

Este artigo, que carrega o mesmo nome da pesquisa, traz aspectos relacionados às análises feitas por integrantes da *Rede Nacional de Adolescentes e Jovens Comunicadores* (Renajoc) sobre a relação da educomunicação e a participação cidadã. As entrevistas foram realizadas durante a realização do 5º Encontro Nacional de Adolescentes e Jovens Comunicadoras e Comunicadores (Enajoc), que aconteceu de 30 de outubro a 2 de novembro de 2015, em Brasília (DF), e reuniu 33 jovens¹ de 19 estados do Brasil e do Distrito Federal. A proposta

1 Os entrevistados foram: da Região Norte, Claudia Maria Pereira Ferraz, Manaus/Amazonas, 32 anos; Christiane Thomazelli Piza, Boa Vista/RR, 30 anos; Jhony Abreu Silva, Manaus/AM, 26 anos; Magliel de Moura Correia, Rio Branco/AC, 22 anos; Naiane Queiroz, Belém/PA, 19 anos; da Região Nordeste: Alessandro Muniz Fontenelle, Natal/RN, 25 anos; Emilae Alana Silva Sena, Salvador/BA, 25 anos; Franciele Viana, Camaçari/BH, 22 anos; Luiz Felipe Joaquim da Silva, Recife/PE, 19 anos; Maurício Vieira de Paula, São Luís/MA, 21 anos; Mayara Rayane Veras de Siqueira Góes, Campina Grande/PB, 22 anos; Milena Andrade da Rocha, Teresina/PI, 20 anos; Ohana Rabelo Tomaz, Maceió/AL, 18 anos; Rosilene Serafim Carneiro, Fortaleza/CE, 21 anos; Sheyla Santos da Silva, Recife/PE, 20 anos; da Região Sudeste: Ana Paula da Silva, Niterói/RJ, 34 anos; Bruno de Oliveira Ferreira, São Paulo/SP, 29 anos; B.M.S., Niterói/RJ, 14 anos; Jéssica Cristina Silva Delcarro, São Mateus/ES, 23 anos; Milena Klinke, São Paulo/SP, 24 anos; da Região Centro-Oeste: Daniela Rueda, Brasília/DF, 31 anos; Felipe Marques, Brasília/DF, 26 anos; J. Q. K. S., Carlinda/MG, 17 anos; Igor Augusto Pereira Silva, Ivinhema/MS, 21 anos; Rayane Soares, Brasília/DF, 23 anos; Thaís Moreira, Samambaia/DF, 25 anos; Wanderson Silva e Santos, Terra Nova do Norte/MT, 19 anos; Webert da Cruz, Brasília/DF, 21 anos; Região Sul: Caroline de Mendonça Musskopf, Canoas/RS, 18 anos; G.S.O., Sarandi/PR, 17 anos; Juliana Mildemberg, Curitiba/PR, 26 anos; Marina Alzão Felisberto, Curitiba/PR, 24 anos.

consistiu em dialogar sobre a educomunicação e sobre a trajetória de participação cidadã relacionada ao direito humano à comunicação construída pela Rede, seja fortalecendo a ação dos jovens nos espaços das políticas de comunicação, seja intensificando o tema da comunicação nos espaços da juventude.

Educomunicação, participação e novas tecnologias

O conceito “Educomunicação” designando uma prática social específica que emerge na América Latina, na interface comunicação/educação, aparece, pela primeira vez, em 1999, como resultado de uma pesquisa acadêmica do Núcleo de Comunicação e Educação da Universidade de São Paulo (NCE/USP) (SOARES, 1999), no contexto das teorias latino-americanas que procuram analisar a comunicação frente a uma realidade política e social com extremas tensões e desigualdades.

O NCE-USP formulou uma definição para o termo *Educomunicação* como um campo de intervenção socioeducativa, que nasce da inter-relação entre a educação e a comunicação e se caracteriza como:

[...] o conjunto de ações voltadas ao planejamento e implementação de práticas destinadas a criar e desenvolver ecossistemas comunicativos abertos e criativos e espaços educativos, garantindo, desta forma, crescentes possibilidades de expressão a todos os membros das comunidades educativas. (SOARES, 2003, p. 17).

A participação, de acordo com Bordenave, é uma prática inerente à natureza social do homem e o acompanha desde a tribo e o clã dos tempos primitivos, até as associações, empresas e partidos políticos de hoje. As pessoas participam em sua família, em sua comunidade, no trabalho, na luta política. Além de instrumental, a ação coletiva é emocional e satisfaz necessidades básicas do ser social como interação, expressão, desenvolvimento do pensamento reflexivo, o prazer de criação e a valorização de si pelos outros.

Alguns pontos fundamentais dos processos participativos descritos por Bordenave (1994) são: a participação é uma necessidade humana e, por conseguinte, constitui *um direito das pessoas*; justifica-se por si mesma, não por seus resultados; é um processo de desenvolvimento da consciência crítica e de aquisição do poder; leva à apropriação do desenvolvimento pelo povo; é algo que se aprende e se aperfeiçoa; pode ser provocada e organizada, sem que isso signifique necessariamente manipulação; é facilitada com a organização, e a criação de fluxos de comunicação; deve respeitar as diferenças individuais na forma de

participar; pode resolver conflitos, mas também pode gerá-los; não pode ser “sacralizada”, pois não é panacéia nem é indispensável em todas as ocasiões.

Desde a Declaração Universal dos Direitos Humanos², em 1948, a comunicação e a participação são consideradas direitos humanos fundamentais. Bordenave (2011, p. 79) reforça que a luta pela democratização da comunicação é a mesma luta pela democratização participativa. Essa conexão, que reforça a perspectiva de direito humano nos dois diferentes campos, é feita e aprofundada por diversos autores que vêm chamando a atenção para o fato de que exercer o direito à participação é conquistar o livre acesso ao poder de comunicar.

A construção da noção de cidadania como é concebida hoje também nasce na mesma época da aprovação dos direitos humanos. Desde 1949, com a criação da teoria pioneira de Thomas H. Marshall sobre “o direito a ter direitos”, esse conceito integra processos que, em sua historicidade, vai adquirindo uma substância sempre renovada, devido a sua interação com a dinâmica da sociedade moderna e contemporânea (RUBIM, 2004, p. 109). Para Orozco (2014, p. 96), a cidadania pode ser entendida em várias subcategorias: *política* (a relação com o Estado); *econômica* (referente ao trabalho e ao mercado); *social* (está relacionada ao bem-estar mínimo, como educação, saúde, transporte, esporte, habitação); *cultural* (relação entre Estado e cidadão e entre cidadão-cidadão). A última das subcategorias é a *cidadania comunicativa*, que diz respeito a algo maior do que o reconhecimento do direito ao simples acesso à informação. Ela refere-se a um contexto amplo de recepção, produção, emissão diante das novas telas e caracterizado pela nova condição da comunicação digital, da internet e de toda a reorganização social que representam.

2 Adotada e proclamada pela resolução 217 A (III) da Assembleia Geral das Nações Unidas em 10 de dezembro de 1948, estabelece, com relação ao direito à comunicação e à participação: **Artigo 19.** Todo ser humano tem direito à liberdade de opinião e expressão; este direito inclui a liberdade de, sem interferência, ter opiniões e de procurar, receber e transmitir informações e ideias por quaisquer meios e independentemente de fronteiras. **Artigo 20.** 1. Todo ser humano tem direito à liberdade de reunião e associação pacífica. 2. Ninguém pode ser obrigado a fazer parte de uma associação. **Artigo 21.** 1. Todo ser humano tem o direito de tomar parte no governo de seu país diretamente ou por intermédio de representantes livremente escolhidos. 2. Todo ser humano tem igual direito de acesso ao serviço público do seu país. 3. A vontade do povo será a base da autoridade do governo; esta vontade será expressa em eleições periódicas e legítimas, por sufrágio universal, por voto secreto ou processo equivalente que assegure a liberdade de voto. Disponível em <<http://www.onu.org.br/img/2014/09/DUDH.pdf>>. Acesso em: 19 ago, 2016.

A participação e comunicação de crianças, adolescentes e jovens são considerados direitos na *Declaração sobre os Direitos da Criança*³ (1959), na *Convenção da ONU sobre os Direitos da Criança*⁴ (1989) e no Brasil, são reconhecidos no *Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA)*⁵, aprovado em 1990 e no *Estatuto da Juventude*⁶, de 5 de agosto de 2013.

A Renajoc

A *Rede Nacional de Adolescentes e Jovens Comunicadores*⁷ foi criada em abril de 2008, durante o *I Encontro de Adolescentes e Jovens Comunicadores* (realizado logo após a I Conferência de Juventude). Ao avaliar a participação dos jovens comunicadores no processo da Conferência, notou-se que, por mais que a cobertura comunicativa tivesse sido muito eficiente, havia um desafio grande pela frente: de consolidar a pauta da comunicação no âmbito das políticas públicas de juventude e fortalecer a incidência de jovens na discussão sobre as políticas de comunicação, ampliando a participação juvenil nos debates sobre o tema. Desde então, a Rede realiza de ações que buscam unir adolescentes e jovens do Brasil em torno do direito humano à comunicação.

O que dizem os adolescentes e jovens sobre a relação entre educomunicação e a participação cidadã

Nas reflexões sobre as relações entre a educomunicação e participação cidadã, os jovens integrantes da Renajoc destacaram a importância da ação coletiva e democrática e como esses fatores de fato criam outras possibilidades de interação da juventude. Muitas opiniões enfatizaram, que, no mundo, em seu formato atual, a educomunicação é um processo extremamente importante na garantia da participação.

3 Proclamada pela Resolução da Assembleia Geral 1386, de 20 de Novembro de 1959. Disponível em <<http://www.direitoshumanos.usp.br/index.php/Crian%C3%A7a/declaracao-dos-direitos-da-crianca.html>>. Acesso em: 14 ago, 2016.

4 A Resolução 44/25 da Assembleia Geral da ONU de 1989 é resultado de 20 anos de discussões e apresenta um novo paradigma para pensar as crianças e adolescentes de até 18 anos como sujeitos de direitos, consagrando a participação como um dos seus princípios orientadores. Foi ratificada por 196 países – mais do que qualquer outro tratado de direitos humanos na História. Disponível em <http://www.unicef.org/brazil/pt/resources_10120.htm>. Acesso em: 14 ago, 2016.

5 Disponível em <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/L8069.htm>. Acesso em: 20 ago, 2016.

6 Disponível em <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2011-2014/2013/Lei/L12852.htm>. Acesso em: 20 ago, 2016

7 Para conhecer melhor a Renajoc, seus objetivos e propostas, foi criada a Carta de Princípios, disponível em <http://issuu.com/renajoc/docs/carta_de_princ__pios_da_renajoc.ofi>

A interface favorece várias percepções com relação à comunicação, como a produção de conteúdos como forma de mobilizar, mas também de garantir espaços de fala, de exposição de ideias, de reflexão sobre o mundo. Para além da ação colaborativa, a produção de conteúdo é mobilizadora e capaz de favorecer a interação com as pessoas e a participação na sociedade.

Milena Klink traz uma reflexão importante sobre a garantia da participação nos processos de produção da comunicação para todas as idades.

Acho que tem uma coisa legal desse processo todo que é: pensar a educação para a vida e relações humanas a partir de uma produção coletiva. Isso pode ser a possibilidade de garantir espaços de exercício de comunicação, que é diferente de dar a fala, porque acho que todo mundo tem fala. Garantir esse processo de produção coletiva de comunicação com jovens e adolescentes é um jeito de se fortalecerem do jeito que são, de refletirem sobre si, sobre os outros e sobre o mundo. Não acho que é a salvação, acho que é um jeito muito interessante de se juntar a participação com uma perspectiva forte de educação e fazer uso de algo que é direito nosso, a comunicação.

Os jovens também destacaram que a comunicação facilita olhar para a diversidade que tem dentro da juventude e isso é fundamental para reforçar a identidade jovem em inúmeros aspectos, como no exemplo descrito por Franciele Viana da Cruz. A estudante explicou que, por mais que considere a maior parte dos estudantes da turma na qual desenvolveu a atividade negros/pretos, os meninos e meninas não se reconhecem da mesma forma.

Falar sobre questão racial é muito difícil. Nós fizemos um cartaz com os meninos (de 12 a 16 anos) sobre as representações dos negros pelos jornais. Eu levei os jornais e a gente pegou todas as notícias dos negros, para saber quem são os negros que aparecem nos jornais, e depois a dos brancos, para saber quem são os brancos que aparecem no jornal. Tem um jornal sensacionalista que mostra o negro muito relacionado ao crime, que nunca está no poder e o debate foi evoluindo. Por meio da análise crítica do jornal, todos puderam perceber que existe algo histórico que separa brancos e negros no país. Depois a gente fez o cartaz e um debate para dialogar mais sobre as questões que surgiram. (FRANCIELE VIANA DA CRUZ, 2015)

Garantia de espaços de fala

Jessica Cristina Delcarro relata que desde que a Renajoc começou a realizar as oficinas nas escolas foi possível ver o interesse por participar dos adolescentes. “Ninguém quer discutir os direitos humanos ou segurança pública. Mas a educomunicação consegue transformar os processos de debates de temas importantes socialmente. Ela abre esses espaços de diálogo e discussão, além de trazer à tona o que a gente acha que está certo e errado na sociedade”, explicou. Além disso, Claudia Maria Pereira Ferraz interpreta que essa relação é importante para que adolescentes assumam posições, falando com sua própria linguagem e dialogando com mais facilidade com os outros jovens sobre temas de interesse público.

Milena Duarte da Rocha acredita que:

deveríamos levar o verbo informar mais a sério, pois significa mudar algo do lado de dentro. Mudar algo no lado de dentro das pessoas é deixa-las donas de si, donas de seu discurso, mais afinadas e sabendo dos seus direitos e dos seus deveres e acho que a educomunicação consegue, na escola, desde pequeno, que esse processo leve sim a um desenvolvimento maior dessa participação política de jovens.

Transformação dos espaços de participação

Alguns jovens destacaram a importância do campo educutivo na renovação das práticas de participação cidadã.

A pauta da juventude sempre esteve muito aliada ao movimento estudantil, que é importante, mas não é mais suficiente para atender as demandas que se tem hoje. Muitas práticas são uma mera reprodução de várias coisas que já vem sendo feitas assim há séculos. Por exemplo, no movimento da economia solidária, ou no movimento pela democratização da comunicação, a pauta da juventude está sempre deixada de lado. A juventude, mesmo nesses espaços ditos progressistas, não tem voz. Acho que o principal de implantar políticas nas quais os jovens tenham voz é garantir uma pluralidade de ideias. Acho que a participação vem principalmente no sentido de garantir novos ares, novas lutas, novas ideias. (Felipe Marques Borges, 2015)

O relato de Weibert da Cruz Elias coloca como desafio que a educomunicação também possa renovar as formas de diálogo entre a própria juventude e a conquistar outros espaços de ação cidadã.

Os movimentos de juventude eu acho que já possuem mais autonomia. É claro que tem os espaços de disputa, hierárquicos, processos que não dá autonomia para o sujeito. A Renajoc vem com a vontade de criar uma rede com processos de educomunicação, mas temos ainda que criar processos de comunicação, comunicação entre pares, pensar os ecossistemas comunicativos com outros jovens. E estar juntos com adolescentes e jovens também traz outros desafios ao pensar o trabalho político, formação de base, processos educativos e de libertação e autonomia do sujeito.

Magliem Moura considera a relação fundamental para transformar também o espaço da comunicação. Nas palavras da jovem:

[...] quando se educa a juventude para fazer uma comunicação mais sadia e engloba a cidadania, muita coisa entra em jogo. Você descobre o quanto é mascarada essa mídia existente e que existem outras formas de fazer comunicação, outras alternativas. Não sabemos nada sobre essas concessões que foram feitas a milhões de anos e nem que a gente tem o direito de estar dentro dessa mídia que não nos dá espaço. Quando a juventude toma parte dessa história, ela vai para luta pela democratização e por transformação.

Ecossistemas de participação

Alessandro Muniz considera a Renajoc como um rico ecossistema das relações humanas, com inúmeras possibilidades de reinvenção da participação:

A gente está discutindo o capitalismo, economia solidária, machismo, crise ambiental, e sem simplesmente achar que são os governos que vão resolver os problemas do planeta. Tem gente aqui do campo, com práticas sustentáveis. (ALESSANDRO MUNIZ, 2015)

Emilae Alana Silva Sena reforça essa linha de raciocínio e afirma que não se deve criar uma forma de participar, como se fosse uma cartilha. Várias mudanças talvez sejam necessárias no sentido de transformar e valorizar a ação do jovem socialmente:

A relação entre educomunicação e participação cidadã está alinhada com as transformações que a gente precisa fomentar no nosso dia a dia. Se o sujeito tem uma educação de qualidade e se expressa socialmente, consegue aos poucos ir quebrando paradigmas.

Estamos em mudança, em diferentes contextos, diferentes realidades [...] temos que pensar como a gente efetiva a participação nesses diferentes lugares. Não apenas dizer que existe uma forma que a gente tem que desenvolver sempre, porque o que a gente vive em Salvador é muito diferente do que as meninas vão viver lá em Curitiba, por exemplo.

A gente tem que estar em processo de construção e discutindo, criando perspectiva, observando outros modelos de desenvolvimento para ver se a gente consegue ir criando outros meios de participação. (EMILAE ALANA SILVA SENA, 2015)

CONCLUSÃO

Com os relatos dos adolescentes e jovens foi possível identificar que há um diálogo promissor entre o campo educ comunicativo e a participação cidadã de adolescentes e jovens.

Apesar de alguns avanços, os formatos de participação dos movimentos sociais mais tradicionais, inclusive da juventude, merecem um olhar atencioso e crítico, pois de acordo com as entrevistas, necessitam de renovação, oxigenação, de práticas também mais conectadas e condizentes com o novo sentido de ser e estar da juventude e das possibilidades digitais. Necessitam fortalecer uma dimensão menos instrumentalizada da comunicação e participação. Esses movimentos também já não abarcam as necessidades de ação cidadã dos jovens e, com isso, estão surgindo novos movimentos motivados por uma cidadania digital (hackers da política), assim como outros motivados pela exclusão ao mundo digital, mas que estão reinventando formatos de ocupação e comunicação na esfera pública (como o grafite, as intervenções urbanas, as hortas comunitárias urbanas, os saraus da juventude, entre outros). Os coletivos e outros formatos não institucionalizados ganham força e inovam em práticas de cidadania.

De certa forma, é possível perceber um desconforto cada vez maior da juventude com a formatação dos seus espaços de participação pelos adultos (aspecto que apareceu durante

as entrevistas) e com um estereótipo de participação da juventude, que se torna visível com a dificuldade que meninos e meninas têm de ser inserida em outros debates sociais de interesse público, por outros segmentos ou pelos próprios movimentos sociais. Assim, se ainda é um desafio garantir a participação cidadã nas áreas de defesa dos seus próprios direitos (onde poderia parecer uma construção mais natural), provocar um olhar pró-ativo à ação cidadã do jovem em outros movimentos ou em temáticas consideradas “adultas” constitui-se uma barreira cultural a ser vencida, como na própria área da comunicação.

A horizontalidade, a democracia, a colaboração e a autonomia talvez sejam palavras diferenciais em todo esse contexto e é um aspecto muito valorizado pelos adolescentes e jovens entrevistados.

Contudo, alguns relatos demonstraram uma preocupação sobre idealizar a educomunicação como um novo molde para a ação cidadã. Os jovens ressaltaram a necessidade de um olhar mais livre, amplo, capaz de identificar várias possibilidades da participação, no qual a educomunicação caracteriza-se como um importante campo de ação, mas não o único.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- APARICI, Roberto. **Educomunicação: para além do 2.0**. São Paulo: Paulinas, 2014.
- BORDENAVE, Juan D. **O que é participação**. São Paulo: Brasiliense, 1983.
- CITELLI, Adilson O.; COSTA, Maria C. C. (orgs.). **Educomunicação, construindo uma nova área do conhecimento**. São Paulo: Paulinas, 2011.
- FREIRE, Paulo. **Extensão ou comunicação?** 10ª ed. São Paulo: Paz e Terra, 1988.
- MARTIN-BARBERO, Jesús. **A comunicação na educação**. São Paulo: Contexto, 2014.
- OROZCO-GÓMEZ, Guilherme. **Educomunicação: recepção midiática, aprendizagens e cidadania**. São Paulo: Paulinas, 2014.
- PERUZZO, Cicilia M. K. **Comunicação nos movimentos populares: a participação na construção da cidadania**. Rio de Janeiro: Vozes, 1998.
- SOARES, Ismar de O. **Educomunicação: o conceito, o profissional, a aplicação**. São Paulo, Editora Paulinas, 2011.

LILIAN ROMÃO - Mestranda no Programa de Pós-graduação em Comunicação da ECA-USP, Núcleo de Comunicação e Educação, e-mail: lilianrromao@usp.br